

RECURSO ESPECIAL Nº 1.405.164 - MG (2013/0318865-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DE PARAGUAÇU LTDA
ADVOGADO : BARBARA CANDIDA COELHO DE ALMEIDA E OUTRO(S) -
MG023960
RECORRIDO : NEUZA PEREIRA DIAS ARAÚJO
ADVOGADOS : ANDREA MARIA PONTES SILVA - MG088390
MARIANA GABRIELE DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - MG135185

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, interposto por COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DE PARAGUAÇU LTDA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 163):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PENHORA DE VALOR REFERENTE AO SEGURO DE VIDA - IMPOSSIBILIDADE - IMPENHORABILIDADE DECORRENTE DA LEI-RECURSO PROVIDO.

- Na exegese do artigo 649, VI, do Código de Processo Civil, é vedada a penhora sobre o valor referente ao seguro de vida, porquanto se trata de verba de natureza alimentar.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 183/190).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 195/206), a recorrente alega violação dos seguintes dispositivos legais:

(i) art. 267, IV, do CPC/1973, argumentando que o espólio não tem legitimidade para interpor o agravo de instrumento (e-STJ, fl. 198):

Como questionado desde as contra-razões ao **agravo aviado** pela ora Recorrida, a **legitimidade para o aviamento do agravo interposto**, que envolve patrimônio pessoal e individual da pessoa física e co-devedora **é exclusiva dela própria**.

O Espólio, do qual ela é inventariante, **sequer tem legitimidade processual para questionar atos que afetem sua pessoa como beneficiária do seguro de vida**, mesmo porque, o valor recebido a título de seguro de vida não integra a herança (artigo 794 do Código Civil).

A legitimidade, como de lei, deve ser demonstrada e configurada no momento da propositura da ação ou do recurso, condição que não pode ser validada posteriormente.

(ii) art. 525, I, do CP/1973, afirmando que o agravo de instrumento foi interposto sem a procuração da advogada subscritora do recurso (e-STJ, fl. 199):

E nem se diga que não lhe foi oportunizada a correção no curso do processo pois, mesmo chamada a regularizar sua representação por despacho proferido pelo juiz primevo nos autos da execução, ainda assim, a ora recorrida deixou de fazê-lo, permanecendo a irregularidade naquele feito e, também no agravo interposto, com isto violando, **também o artigo 525, 1 do CPC** na medida em que **deixou de instruir a própria petição de agravo com a procuração outorgada à advogada subscritora do recurso**.

Aponta ainda divergência jurisprudencial quanto à interpretação do art. 649, VI, do CPC/1973, aduzindo que é "desnecessária, data vênua, maiores considerações quanto à identidade dos casos que, como transcrito acima, são idênticos na medida em que: [...]" (e-STJ, fls. 199/206).

Objetiva o provimento do recurso para que seja reformado o acórdão recorrido, "mantendo, por consequência, o bloqueio dos valores correspondentes à parte do seguro de vida recebido pela beneficiária, ora recorrida, até decisão final do processo de conhecimento".

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 220/234).

É o relatório.

Decido.

O recurso foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Da violação dos arts. 267, IV, do CPC/1973

No que diz respeito à alegada contrariedade ao dispositivo legal em destaque, verifica-se que o conteúdo normativo de tal dispositivo não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*, apesar da oposição de embargos declaratórios.

Caberia à parte alegar violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, o que não ocorreu. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide a Súmula n. 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. AÇÃO DE RESOLUÇÃO PARCIAL DE CONTRATO E RESTITUIÇÃO DE VALORES COM PEDIDO DE ADIMPLEMENTO DE CONTRATO DE PLANTA COMUNITÁRIA. RECONHECIMENTO DO DIREITO À RESTITUIÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. ARTS. 538 E 884 DO CC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O Tribunal de origem entendeu que 'não tendo a demandada retribuído o investimento realizado pelo consumidor, conforme determinava a portaria que regulamentava a relação entabulada entre as partes à época, nada impede que o contratante postule e veja reconhecido seu direito em ver o valor investido devidamente devolvido. Rever esta conclusão esbarraria no óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ'.

2. A matéria referente ao art. 884 do CC não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas 282/STF e 211/STJ).

O Superior Tribunal de Justiça não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 663.279/RS, Rel. Ministro LUIS

FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/8/2015, DJe de 28/8/2015.)

Da violação do art. 525, I, do CPC/1973

Verifica-se que, no acórdão que julgou os embargos de declaração, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ, fl. 187):

[...].

Não obstante, **a signatária da peça recursal**, Dra. Andréa M. Pontes Silva, **encontra-se regularmente constituída**, conforme poderes outorgados às fls. 16 e 18-TJ.

[...].

Dessa forma, concluir em sentido contrário ao que restou decidido no acórdão impugnado, implicaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, medida vedada em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 525, I, DO CPC. FALTA DE PEÇA ESSENCIAL AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO PLENAMENTE EXERCIDOS. APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A insurgência especial, quanto à ofensa ao art. 525, I, do CPC/1973, **esbarra no óbice contido na Súmula 7 do STJ, pois visa demonstrar a falta de peça obrigatória e a ocorrência de prejuízo, o que fora negado pela Corte local.**

2. É entendimento da jurisprudência do STJ ser desnecessária a juntada de cópia de todas as procurações outorgadas pela parte agravada, e que não há nulidade se a parte foi intimada e apresenta tempestivamente contrarrazões, como ocorreu na hipótese (AgRg no Ag 1.343.849/SP, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 13.6.2011; AgRg no AREsp 33.462/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, DJe de 05/12/2011).

3 Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.046.461/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 525, I, DO CPC. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. PROCURAÇÃO OUTORGADA AOS ADVOGADOS DOS AGRAVADOS. DEFICIÊNCIA DE FORMAÇÃO. VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA OU NÃO DAS PEÇAS OBRIGATÓRIAS DEMANDA O REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. [...].

2. A juntada das peças obrigatórias previstas no art. 525, I, do CPC é indispensável para o conhecimento do Agravo, competindo à parte zelar pela correta formação do instrumento.

3. **O acolhimento da pretensão recursal, mormente quanto à verificação da existência ou não das peças obrigatórias, demanda o reexame do contexto fático-probatório, o que não se admite, ante o óbice da Súmula 7/STJ.**

4. [...]

6. Agravo Interno não provido.

(AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 661.779/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 30/11/2016.)

Da divergência jurisprudencial

Para o conhecimento do recurso especial com base na alínea "c" do permissivo constitucional, seria indispensável demonstrar, por meio de cotejo analítico, que as soluções encontradas tanto na decisão recorrida quanto nos paradigmas tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias. Contudo, a parte recorrente não se desobrigou desse ônus, nos termos dos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CARACTERIZADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

2. O Tribunal de origem consigna que o depósito judicial realizado pela recorrente já foi considerado na decisão que apreciou a impugnação ao cumprimento de sentença, com trânsito em julgado.

Porém, mesmo considerando o valor depositado, ainda assim há um saldo remanescente no importe de R\$ 64.702,01. A reforma do aresto, neste aspecto, demanda inegável necessidade de reexame de matéria probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. Para a análise da admissibilidade do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, torna-se imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente, o que não ocorreu no caso em apreço.

4. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que não se aplica a multa por litigância de má-fé quando a parte utiliza recurso previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, como é o caso dos autos.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.358.026/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/3/2019, DJe 1º/4/2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. No que respeita à afronta aos arts. 4º, III, 6º, II e III, VI e 39, I, do Código de Defesa do Consumidor, incide, na espécie, verbete sumular 211 do STJ, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

1.1. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

2. Revisar as conclusões acerca do preenchimento dos requisitos necessários à inversão do ônus da prova, demanda o revolvimento de fatos e provas, providência obstada pela Súmula 7/STJ.

3. Não comprovação do dissenso pretoriano, nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/15, e art. 255, § 1º, do RISTJ. Ausência de confronto analítico entre os julgados e inexistência de similitude fática entre os acórdãos confrontados.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.357.875/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/2/2019, DJe 19/2/2019.)

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator